

Ficha — Democratização, revisão de 1982 e adesão às Comunidades Europeias

12.º Ano

História A

3 páginas

8 exercícios

Objetivo: Compreender a **consolidação da democracia** portuguesa entre 1976 e 1986: a Constituição de 1976, a instabilidade governativa e as crises financeiras, a **revisão constitucional de 1982** que retira poder aos militares, o balanço da revolução e a **adesão às Comunidades Europeias** em 1986.

Revisão rápida

A **democracia em construção (1976-1986)**. A **Constituição de 1976** consagra direitos sociais e um projeto de «transição para o socialismo», com o **Conselho da Revolução** — órgão militar — a funcionar como garante do processo. A primeira década é de instabilidade: governos curtos, conflitos entre Presidente e Parlamento, duas crises financeiras com intervenção do **FMI** (1977-78 e 1983-85) e uma sociedade a braços com inflação, desemprego e o choque do regresso de meio milhão de retornados.

Ano	Momento
1976	Constituição; primeiras eleições legislativas e presidenciais; Governo de Mário Soares
1977-78	pedido de adesão às Comunidades Europeias (1977); crise financeira e acordo com o FMI
1979-1980	governos da aliança PSD-CDS; morte de Sá Carneiro em Camarate (dezembro de 1980)
1982	revisão constitucional : extinção do Conselho da Revolução e subordinação dos militares ao poder civil
1983-85	bloco central PS-PSD; segundo acordo com o FMI; estabilização e recuperação
1986	adesão às Comunidades Europeias (1 de janeiro); Mário Soares eleito Presidente

O que muda em 1982. A revisão constitucional de 1982 é o momento em que a democracia deixa de ser tutelada: **extingue o Conselho da Revolução**, cria o Tribunal Constitucional e retira aos militares o poder de fiscalizar a constitucionalidade. Em 1989, uma nova revisão permite as **reprivatizações** e retira a referência ao socialismo, fechando o ciclo aberto em 1975.

A adesão europeia. O pedido é de 1977 e o **Tratado de Adesão** é assinado em Lisboa em junho de 1985, com entrada em vigor a **1 de janeiro de 1986**, ao lado de Espanha. A CE oferecia o que o país mais precisava: mercados, fundos estruturais e ancoragem institucional da jovem democracia. Em contrapartida, exigia abertura económica, fim de monopólios e adaptação da agricultura e da indústria — o que provocou resistências e ajustamentos dolorosos nas décadas seguintes.

Balanço da revolução. Ficaram as **nacionalizações** e a **reforma agrária** (revista em 1977), mas também o **Serviço Nacional de Saúde** (1979), a escola pública e a segurança social universal. O balanço é, por isso, duplo: uma rutura política consolidada e uma economia que só a partir de 1986 encontrou o seu novo quadro de referência.

Exercícios

1. Completar: a Constituição é aprovada em _____; o pedido de adesão às CE é de _____; a revisão constitucional que extingue o Conselho da Revolução é de _____; o Tratado de Adesão é assinado em _____ de 1985; a adesão entra em vigor em _____ de 1986.

2. Verdadeiro ou falso — corrige as falsas: a) a Constituição de 1976 criou o Conselho da Revolução · b) o primeiro acordo com o FMI foi assinado em 1983 · c) a revisão de 1982 retirou poder político aos militares · d) Portugal aderiu às CE em 1986, ao mesmo tempo que Espanha · e) a adesão europeia não teve custos de adaptação · f) as reprivatizações começaram com a revisão constitucional de 1989.

3. Liga cada elemento: Conselho da Revolução · Tribunal Constitucional · FMI · reprivatização · reforma agrária · bloco central.
(i) órgão criado em 1982 para fiscalizar a constitucionalidade; (ii) instituição financeira que exigiu austeridade em 1977-78 e 1983-85; (iii) órgão militar extinto em 1982; (iv) devolução de empresas nacionalizadas ao setor privado; (v) redistribuição de terras iniciada em 1975; (vi) coligação entre PS e PSD em 1983.

4. Escolha múltipla — assinala a opção correta.
a) A Constituição de 1976 previa: (1) um regime liberal sem direitos sociais · (2) um projeto de transição para o socialismo · (3) a restauração monárquica.
b) A morte de Sá Carneiro ocorreu: (1) em 1980, em Camarate · (2) em 1976, em Lisboa · (3) em 1986, no Porto.
c) A adesão às CE foi assinada: (1) em 1977 · (2) em 1985 · (3) em 1992.
d) O SNS foi criado em: (1) 1975 · (2) 1979 · (3) 1986.

5. Completa a tabela.

Data	Acontecimento	Efeito para a democracia
1982		
1986		

6. Interpreta a fonte (paráfrase do discurso da assinatura do Tratado de Adesão, 1985): «Portugal regressa à Europa de que sempre fez parte. Esta adesão não é apenas económica: é a garantia de que a nossa jovem democracia ficará definitivamente ancorada nos valores da liberdade e da solidariedade.»
a) Que dois tipos de razão são invocados? b) Que receio histórico se procura afastar? c) Explica uma condição imposta pela adesão.

7. Desenvolvimento (5 a 6 linhas): explica porque é que a revisão constitucional de 1982 é considerada o fim da transição para a democracia.

8. Síntese (3 linhas): avalia o balanço da revolução de 1974-75 em 1986.

Soluções — Democratização, 1982 e adesão às Comunidades Europeias

12.º Ano

História A

Resolução completa

1. 1976 · 1977 · 1982 · junho · janeiro.

2. a) V — com funções de garante da Constituição e do processo revolucionário. b) F — o primeiro acordo é de 1977-78; o segundo é de 1983. c) V — extingue o Conselho da Revolução e cria o Tribunal Constitucional. d) V — a 1 de janeiro de 1986. e) F — exigiu abertura de mercados e adaptação da agricultura e da indústria, com custos sociais. f) V — a revisão de 1989 abriu caminho às reprivatizações.

3. Conselho da Revolução → (iii) · Tribunal Constitucional → (i) · FMI → (ii) · reprivatização → (iv) · reforma agrária → (v) · bloco central → (vi).

4. a) (2). b) (1) — dezembro de 1980, em acidente de aviação. c) (2) — junho de 1985, com entrada em vigor em 1986. d) (2) — 1979.

5. 1982: revisão constitucional — fim da tutela militar, criação do Tribunal Constitucional, soberania plena das instituições civis. 1986: adesão às CE e eleição de Mário Soares — ancoragem externa da democracia, acesso a fundos e mercados, novo quadro de desenvolvimento.

6. a) Razões **económicas** (mercado, fundos, modernização) e **políticas** (consolidação da democracia e dos valores europeus). b) O receio do **isolamento** e da fragilidade da democracia portuguesa — a memória do regime autoritário e da instabilidade de 1974-75. c) A adoção do acervo comunitário: abertura de mercados, fim de monopólios e adaptação de setores protegidos, com prazos de transição.

7. Resposta esperada. Porque até 1982 a Constituição atribuía a um órgão militar (o Conselho da Revolução) o papel de garante do processo e da constitucionalidade, o que subordinava o poder civil a uma tutela. A revisão **extingue esse órgão**, cria o Tribunal Constitucional e subordina as Forças Armadas ao poder político eleito: a partir daí, a legitimidade democrática e o controlo civil são exclusivos, e as regras do jogo passam a poder mudar-se apenas por via eleitoral e parlamentar.

8. Modelo — «Em 1986 o balanço é duplo. Do lado das conquistas, a **democracia consolidada**, o Estado social (SNS, escola, pensões) e a ancoragem europeia substituíram o autoritarismo e o isolamento. Do lado das continuidades, persistem atraso económico, desigualdades e dependência externa, agravados pela crise e pelos acordos com o FMI. A revolução mudou o regime e a Constituição, mas a transformação da economia e da sociedade ainda estava a começar.»

Se erraste, revê

Erro	O que rever
Confundir a revisão de 1982 com a de 1989	1982 = fim do Conselho da Revolução; 1989 = reprivatizações e fim da referência ao socialismo
Datas do FMI trocadas	dois acordos: 1977-78 e 1983-85
Dizer que a adesão às CE foi em 1985	assinatura em 1985 , entrada em vigor a 1 de janeiro de 1986
Tratar 1974-75 como um só momento	1974 = queda do regime; 1975 = PREC, nacionalizações e descolonização

Cronologia essencial

Data	Acontecimento
1976	Constituição; primeiras eleições livres; Governo de Mário Soares
1977-1978	pedido de adesão às CE; acordo com o FMI
1979	criação do Serviço Nacional de Saúde
1980	morte de Sá Carneiro em Camarate
1982	revisão constitucional: fim do Conselho da Revolução
1983-1985	bloco central e segundo acordo com o FMI
1985-1986	assinatura do Tratado de Adesão; entrada nas CE a 1 de janeiro de 1986

Para reter: a consolidação democrática tem três marcos — **1976** (Constituição e eleições), **1982** (fim da tutela militar) e **1986** (adesão europeia). A partir daí, a democracia portuguesa deixa de ser um processo em curso e passa a ser um regime estável, integrado e previsível.